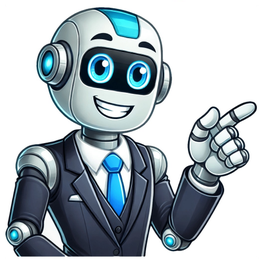
I'm not a robot



O que acontece se eu não pagar um empréstimo

As consequências de não pagar empréstimos dependem da situação em que a dívida se encontra: há apenas uma prestação em atraso ou já está em incumprimento há vários meses? Quanto mais tempodemorar a resolver o problema, pior será. Quando há dificuldade para pagar créditos, há um conselho que nunca deve ser ignorado: não deixar o tempo passar e começar a resolver a questão aos primeiros sinais. As consequências entre falhar uma ou várias mensalidades são diferentes. Quanto mais tempo passar, mais graves são.Um dos primeiros sinais das dificuldades no pagamento de empréstimos é falhar o pagamento da prestação. Ou seja, no dia em que a mensalidade deveria ser debitada, não há dinheiro suficiente na conta para que seja paga.As consequências do não pagamento do crédito começam neste dia e vão agravar-se à medida que o tempo passar. Assim, a solução ideal é mesmo saldar essa dívida. Caso não seja possível, deve comunicar as dificuldades à instituição que concedeu o empréstimo.Para as instituições de crédito, o atraso no pagamento (mora) começa quando a prestação do empréstimo não é paga na data estipulada. Logo aí, podem ser exigidos juros moratórios e outros encargos. Ou seja, a dívida já não se resume à prestação que ficou por pagar. Vai começar a crescer.Um atraso no pagamento pode levar à cobrança de juros de mora, que resultam da aplicação de uma sobretaxa anual máxima de 3%, que acresce à taxa de juros remuneratórios.Os clientes estão sujeitos ao pagamento de uma comissão relativa à recuperação de valores em dívida, que só pode ser cobrada uma vez, por cada prestação vencida e não paga. Por lei, esta comissão está limitada a 4% do valor da prestação, com um valor mínimo de 12 euros e um valor máximo de 150 euros.Se a existência de atraso no pagamento levar a instituição de crédito a ter despesas perante terceiros por conta do cliente, este poderá ser chamado a pagar esses custos.O plano de ação para o risco de incumprimento (PARI) é um processo previsto na lei para situações em que os consumidores estão com dificuldade em pagar as mensalidades. Pode ser acionado de duas formas:O cliente alerta para o risco de vir a entrar em incumprimento, por exemplo devido a situações de desemprego ou doença;A instituição de crédito deteta indícios de incapacidade financeira. Se, ao avaliar a capacidade financeira do cliente, a entidade financiadora verificar que é possível evitar o incumprimento, deve propor-lhe soluções para a resolução do problema. Poderá ser necessário pedir documentos (como recibos de vencimento ou comprovativos de desemprego ou doença) para levar a cabo a avaliação da situação. O cliente tem 10 dias para entregar a documentação pedida. No prazo de 15 dias a instituição financeira apresenta propostas de prevenção do incumprimento que podem incluir, por exemplo, o alargamento do prazo de amortização, um período de carência (em que apenas se paga juros ou capital em dívida) ou uma redução temporária da taxa de juro. A consolidação de créditos ou o refinanciamento da dívida são outras opções.Se nada fizer para saldar o valor em dívida e se as prestações vencidas se acumularem passa a estar numa situação de incumprimento. Neste caso, as consequências de não pagar o seu empréstimo são mais sérias e podem levar a que seja alvo de ações judiciais e perda de bens devido a penhoras.Se o atraso no pagamento do empréstimo ultrapassar os 30 dias, o devedor deve ser integrado no procedimento extrajudicial de regularização de situações de incumprimento (PERSI).O PERSI também pode ser acionado a pedido do devedor ou quando este tenha alertado para a possibilidade de incumprimento e se atrase no pagamento das prestações.O objetivo deste processo é que o cliente e a instituição de crédito negociem soluções para resolver a situação de incumprimento, de forma que não seja necessário o recurso aos tribunais. Durante a fase de negociação o devedor não pode ser alvo de ações judiciais para recuperação de crédito. A entidade financiadora fica impedida de colocar um ponto final ou de ceder o contrato a outra entidade.As soluções a apresentar no âmbito do PERSI incluem, por exemplo, a celebração de um novo contrato de crédito para refinanciamento da dívida, a alteração das condições do contrato ou a consolidação de créditos. Se o devedor e a instituição de crédito não chegarem a acordo, o PERSI é extinto. A partir desse momento, passa a ser possível o recurso à via judicial para recuperação dos valores em dívida ou a cedência do crédito.Outra consequência de não pagar os empréstimos é a responsabilização do fiador pela dívida. Ou seja, se ao fazer o contrato de crédito recorreu a um familiar ou amigo para assumir esta responsabilidade, ao entrar em incumprimento essa pessoa pode ser chamada a pagar as prestações em atraso.Leia maisComo pedir um crédito para fériasEsta opção só é válida se o fiador não tiver renunciado ao direito de excussão prévia. Isto é, de não responder pela dívida enquanto não tiver sido usado todo o património do devedor para a pagar. Se o fiador decidir pagar a dívida, passa a ser credor do valor que pagou e, se quiser, de todas as despesas que teve para assumir a responsabilidade.Quando não existe acordo para o pagamento da dívida, a entidade credora pode avançar para os tribunais, pedindo uma penhora. Ou seja, que os bens do devedor – o que inclui a casa onde reside – sejam vendidos para saldar as prestações em dívida.As penhoras podem incidir também sobre o salário ou outros rendimentos do devedor, mas são impenhoráveis dois terços da parte líquida dos vencimentos, salvo se o devedor receber mais de três salários mínimos. No caso de receber apenas o ordenado mínimo, de 820 euros em 2024, nenhuma parte do vencimento pode ser penhorada. A existência de penhoras e processos para cobranças de dívidas pode, em última instância, levar a uma situação de insolvência, com perda de autonomia financeira por um período de três anos.Os compromissos com empréstimos, cartões de crédito, linhas de crédito e descobertos em contas bancárias constam da Central de Responsabilidades de Crédito (CRC), vulgarmente conhecida como "lista negra" do Banco de Portugal (BdP).Sempre que existe incumprimento, este facto fica registado na CRC. Esta base de dados do BdP é consultada pelas instituições que concedem empréstimos como forma de avaliarem o risco de crédito dos clientes. O que significa que, caso venha a precisar de um novo empréstimo, pode vir a ter dificuldades para o obter.Os dados são conservados durante um período de 10 anos. Ou seja, se deixou de pagar um empréstimo, esse episódio vai ter implicações duradouras na sua vida financeira.Também é importante ter em conta que as dívidas de empréstimos demoram a prescrever e tal só acontece se não existir esforço do credor para as cobrar. Por isso, não é boa estratégia ignorar o assunto ou esperar que fique "esquecido".Agora que conhece as consequências de não pagar os empréstimos, poderá valer a pena avaliar a sua situação financeira para perceber se corre esse risco.Caso perceba que os seus rendimentos quase não chegam para pagar todas as despesas, está na altura de fazer algumas mudanças para evitar começar a falhar prestações.Qual é o peso das prestações de crédito no seu orçamento mensal? Este indicador, conhecido como taxa de esforço, ajuda a perceber em que ponto estão as suas finanças. Se a taxa de esforço for superior a 35%, pode ser difícil conseguir pagar todas as despesas.Quanto mais baixos forem os rendimentos, menor deve ser a taxa de esforço. Por exemplo, uma taxa de esforço de 40% para quem tem rendimentos de 1.000 euros significa que fica com apenas 600 euros para as despesas. Use este simulador para calcular a taxa de esforço e avaliar se necessita de fazer ajustes no seu orçamento.Se a taxa de esforço for muito elevada e se sentir dificuldade para pagar as prestações de todos os empréstimos, recorrer ao crédito consolidado é uma forma de aliviar as suas finanças. Nesta solução juntam-se todas as prestações numa só, o que reduz o valor mensal a pagar. Ou seja, vai ter apenas uma mensalidade, que será mais baixa do que a soma das anteriores.A renegociação dos créditos é outra hipótese para reduzir o esforço e continuar a pagar os empréstimos. Esta alteração das condições do contrato pode passar, por exemplo, por dilatar o prazo de pagamento ou passar de uma taxa variável para uma taxa fixa.Antes de deixar de pagar os empréstimos, recorra aos diversos meios que tem à sua disposição para encontrar uma solução. Comunicar à instituição de crédito que sente dificuldades para pagar a prestação ou qualquer circunstância com implicações negativas na sua situação financeira é o primeiro passo para que sejam tomadas medidas para evitar o incumprimento. A Rede de Apoio ao Cliente Bancário (RACE) é composta por entidades que prestam apoio gratuito e que orientam os consumidores com dificuldade no cumprimento dos seus compromissos financeiros. Recorrer a esta rede é um passo importante para começar a pôr as suas finanças em ordem, de forma a não falhar o pagamento de créditos. Quais são as consequências de não pagar um empréstimo? O empréstimo é uma alternativa financeira que pode ser útil em muitas situações, mas é importante lembrar que ele envolve uma responsabilidade que deve ser levada a sério. Sabemos que nem sempre é possível manter o pagamento em dia, seja por questões financeiras, pessoais ou imprevistos que surgem ao longo do caminho. Mas, quando assumimos um empréstimo, estamos assumindo um compromisso financeiro que precisa ser cumprido dentro das condições acordadas com a instituição financeira, caso contrário a inadimplência pode gerar consequências graves. Por isso, neste texto, vamos falar um pouco sobre as consequências do não pagamento de um empréstimo e como evitar a inadimplência, mantendo um bom histórico financeiro. Quais são as consequências do não pagamento de um empréstimo? O não pagamento de um empréstimo pode trazer diversas consequências negativas para o devedor e, muitas deles, podem gerar impactos durante muitos anos. Além de toda a consequência do não pagamento, muitas vezes, ao perceber a inadimplência, o credor realiza insistentes ligações de cobrança que podem ser bastante incômodas, mas necessárias para regularizar a situação. Como evitar a inadimplência e manter um bom histórico financeiro? Agora que já entendemos as consequências da inadimplência, vamos falar sobre como evitar essa situação, que é extremamente prejudicial ao seu histórico financeiro. É importante ter um controle rigoroso das finanças pessoais, mantendo um orçamento mensal e registrando todas as despesas e receitas. Dessa forma, é possível identificar as despesas supérfluas e cortá-las, além de garantir que todas as contas sejam pagas em dia. O planejamento financeiro é essencial para evitar a inadimplência. É importante definir objetivos de curto, médio e longo prazo e criar um plano para alcançá-los, evitando gastos desnecessários e buscando economizar dinheiro para eventuais imprevistos. O crédito deve ser utilizado com moderação e apenas em situações de real necessidade. É importante escolher a modalidade de crédito mais adequada para cada caso, comparando as taxas de juros e as condições de pagamento. Caso haja dificuldades em pagar as dívidas, é importante buscar a renegociação com os credores, negociando prazos e condições de pagamento mais favoráveis. É importante monitorar regularmente o histórico de crédito, verificando se não há pendências ou dívidas em aberto e buscando corrigir eventuais erros. O estabelecimento de metas financeiras ajuda a manter o foco e a disciplina na busca por uma vida financeira saudável, evitando gastos desnecessários e investindo em ativos que possam gerar renda e aumentar o patrimônio. Estou inadimplente, como faço para quitar minha dívida com desconto? Se você está inadimplente e deseja quitar sua dívida com desconto, existem algumas opções que podem ser consideradas. Em primeiro lugar, entre em contato com o credor e explique sua situação financeira. Muitas vezes, as em". O que o banco pode fazer se eu não pagar a dívida? De acordo com o Artigo 206 do Código Civil, após cinco anos os bancos, recuperadoras ou empresas de negociação de crédito não podem continuar cobrando uma dívida judicialmente. Assim, depois desse período, é possível dizer que a dívida "caducou". O consumidor então tem o nome retirado do banco de dados de negativados, mas isso não significa necessariamente que conseguirá um novo cartão de crédito. Mesmo que a dívida não possa ser cobrada, ela continua registrada no banco de dados das instituições financeiras. Especificamente, uma dívida caducada continua existindo em dois locais: Esse cenário dificulta a aprovação de um novo cartão de crédito ou modalidades de empréstimo, pois na consulta as empresas ainda conseguem verificar informações do Banco Central. Além disso, o fato de não quitar a dívida traz outros prejuízos, como: O mais indicado é buscar a negociação da inadimplência para que, além de sair do registro dos birôs de crédito, também seja eliminada do SCR. O que acontece se eu não pagar uma parcela do empréstimo? Entenda as etapas do processo de negativação e saiba qual o prazo que as empresas costumam oferecer para você resolver a pendência financeira. Quando você deixa de pagar uma dívida e não resolve essa situação, seu nome fica sujo e vai parar nas listas de empresas como Serasa Experian, SPC Brasil e SCPC Boa Vista. Os principais motivos para a negativação são: não pagar as dívidas, como financiamentos, empréstimos, conta de água, fatura do cartão, e passar cheques sem fundo. Quando você tem uma conta e perde o prazo do pagamento, a empresa para a qual você deve tem o direito de avisar a Serasa e o SCPC já no dia seguinte. Então, você recebe uma carta com um prazo para regularizar essa situação. Caso não pague a dívida até a data limite, terá o CPF negativado. No caso do cheque sem fundo, a situação é muito parecida. Assim que a empresa identifica o problema no cheque, ela também pode informar a Serasa. Nesse caso, você também será avisado que existe um prazo para resolver a dívida antes de ter ficar com o nome sujo. Normalmente, você terá 10 dias para resolver a situação após receber a carta que avisa sobre a dívida. Mas esse período não é sempre o mesmo porque o nome pode sujar assim que alguém começa a dever. Na dúvida, procure negociar o atraso no pagamento o quanto antes. Quando o nome está sujo, o CPF fica irregular até você quitar o que deve. Mas assim que pagar a dívida é seu direito ter o nome limpo em até cinco dias úteis. Então, se você já começou a pagar o que deve, consulte nos postos da Serasa ou do SPC se a empresa já retirou seu nome da lista dos negativados. Mesmo quem não consegue pagar o que deve terá o nome limpo, mas após cinco anos da negativação. No entanto, prefira negociar a dívida em vez de esperar este prazo, pois só existem desvantagens. Confira algumas: Desvantagem 1 Desvantagem 2 Desvantagem 3 Estou devendo o banco eles podem pegar meu dinheiro? O credor (banco ou instituição financeira) tem o direito de fazer uma cobrança judicial da dívida e mover uma ação contra o cliente. Ao ser intimado, o consumidor tem 15 dias para pagar o que deve ou apresentar uma defesa. Não consigo pagar minhas contas. O que fazer? Quais contas não podem ser bloqueadas? Ao consultar o relatório de pendências no site do Serasa Consumidor, você consegue saber se existe alguma ação judicial no seu nome. Estou devendo o banco ele pode pegar meus bens? O banco pode penhorar uma série de bens para quitar dívidas bancárias cobradas em processo judicial. E quando não é encontrado patrimônio no nome do devedor, existem outros mecanismos para pesquisas aprofundadas que possam garantir o pagamento dos débitos. Em outras palavras, as coisas podem ficar complicadas para quem está enfrentando processos por conta de dívida com o banco. Felizmente, existem maneiras inteligentes e justas de aliviar este cenário. Entenda! O banco pode pedir a penhora de bens para quitar dívidas no curso do processo judicial. Ou seja, com o processo na Justiça esse movimento é permitido. Isso significa que se você está sofrendo um processo judicial por causa de dívidas bancárias, o credor pode solicitar o bloqueio ou penhora de bens para quitar o débito caso outras formas de negociação tenham sido esgotadas e a dívida continue em aberto. Vale lembrar que cada caso é um caso e que existem situações em que a penhora não é possível. Também é importante frisar que em alguns casos não é necessário um processo judicial para que o bem seja usado para quitar dívida. É a situação de imóvel usado como garantia de empréstimo cuja propriedade fica em nome do banco até o fim do contrato, por exemplo. Trata-se da alienação fiduciária, que também está presente na maioria dos financiamentos imobiliários. Durante o processo judicial de cobrança de dívida, o banco pode pedir para o juiz a penhora de bens como forma de pagamento desse débito. Os bens que o banco pode penhorar incluem imóveis, veículos, dinheiro em conta, maquinário, estoque e até faturamento. Existem situações em que é possível perder a casa para quitar dívidas bancárias e situações em que o imóvel não pode ser penhorado. Vamos entender. A lei protege o bem de família da penhora em determinadas situações. Veja. São os casos que citamos acima: se a casa foi financiada e as prestações não foram pagas, a lei de bem de família não a protege. E se a casa foi dada como garantia num empréstimo, ela perde sua característica de bem de família e também pode ser penhorada. Atenção: tudo isso são linhas gerais de como funciona a penhora de imóveis pessoais. Como você sabe, cada caso é um caso. Conforme explica o especialista, a conta poupança é impenhorável. Mas, corre o risco de sofrer penhora se for utilizada como conta corrente. O banco também pode pedir a penhora da sede da empresa ou do estabelecimento comercial, diante de dívidas bancárias. Isso significa que esgotadas todas as tentativas de negociação, é possível que decisão judicial determine que o imóvel próprio ou os maquinários da empresa sirvam como pagamento do débito. Vale lembrar que cada caso é um caso, por isso o ideal é conversar com um advogado especialista em Direito Bancário e, neste caso, especialista também em Direito Empresarial. Quando não são encontrados bens registrados no nome do devedor, existem outros mecanismos para pesquisas aprofundadas que possam garantir o pagamento dos débitos. Qual valor da dívida o banco pode penhorar bens? Qual valor mínimo de dívida para penhora de bens? Com o salário mínimo atualmente em R$ 1.320, a indicação é de que quem recebe até R$ 6,6 mil não pode ter sua remuneração penhorada para pagamento de qualquer dívida. Acima disso, e até o limite de 50 salários mínimos (R$ 66 mil), caberá a análise caso a caso. O que acontece se não pagar um empréstimo no banco? Caso o valor não seja suficiente para o pagamento da dívida, será descontado o valor obtido e o processo continuará para que se busque o pagamento do restante. Caso seja suficiente e sobre algum valor, este será devolvido ao devedor (descontando-se, ainda, custas processuais e honorários advocatícios). Quais dívidas podem bloquear bens? QUAIS DÍVIDAS GERA BLOQUEIO JUDICIAL? Contas para receber aposentadorias; Contas com valores de pensão; Conta poupança com até 40 salários mínimos; Subsídios e auxílios do governo. As consequências de não pagar um empréstimo são, naturalmente, graves. O aumento das taxas de juro e do custo de vida, muito devido ao aumento da inflação, pode vir a agravar ainda mais um flagelo bem conhecido: o crédito malparado. Por essa razão, antes de pedir um crédito, é importante que calcule a sua taxa de esforço e se terá capacidade para o pagar, pois as consequências de não pagar um empréstimo vão ter impacto na sua vida. Saiba, então, o que acontece se entrar em incumprimento de crédito. A denominada lista negra do Banco de Portugal é uma base de dados que reúne as informações sobre os créditos contraídos em Portugal, e na qual consta não só o historial de todas as pessoas (singulares ou coletivas) que recorreram ao crédito, mas também o estado em que se encontram esses empréstimos: se estão a ser pagos, se já foram liquidados, se estão em atraso ou se até tiveram de ser renegociados ou abatidos ao ativo. Se entrar em incumprimento, o seu nome fica comprometido nesta base de dados. Isto significa, entre outras consequências, que não pode contrair outros empréstimos até cumprir com as suas obrigações. Não conseguir contrair um novo empréstimo é apenas uma das consequências de ter o nome na lista negra do Banco de Portugal. Pode também vir a ter dificuldades na altura de encontrar emprego. Esta é, então, outra razão de peso para tentar negociar uma nova modalidade de pagamento antes de entrar em incumprimento. Quando incorre numa situação de incumprimento, o aconselhado é tentar logo renegociar a dívida com o banco, para encontrar uma nova solução, uma nova hipótese de saldar a dívida. O seu banco ou entidade de crédito não consegue adivinhar a razão de deixar de pagar as prestações e pode, por isso, apenas supor que não quer pagar, e incorrer em ações judiciais. Os juros de mora são encargos que vão surgir com o atraso no pagamento. O valor a pagar será igual à prestação mensal mais os juros moratórios e uma comissão. Recorde-se que, no caso de dívida a entidades financeiras, esta sobretaxa não pode ser superior a 3%. Quando já existe um processo a decorrer em tribunal, pode ser ordenada a penhora do seu vencimento mensal. A penhora do vencimento, ou de parte dele, decorre até a dívida ser saldada. Não se podem penhorar salários abaixo do salário mínimo nacional à data da decisão. Porém, lembre-se que também pode ser penhorada a conta bancária, quando o cliente entra em incumprimento com as responsabilidades de crédito. Se se tratar do incumprimento de pagamentos no que diz respeito ao crédito habitação, a pior das consequências de não pagar um empréstimo é a entrega do imóvel ao banco, isto se estiver em causa um crédito hipotecário. Se perceber que há uma grande possibilidade de vir a entrar em incumprimento, contacte o seu banco. Há mecanismos e apoios que o podem ajudar a evitar esta situação. Exponha o seu caso, mostre o seu orçamento e, sobretudo, evidencie que quer continuar a cumprir com as suas obrigações financeiras. Vão tentar encontrar uma solução que pode passar pela renegociação ou consolidação dos seus créditos. Você fez um empréstimo pessoal, consignado ou uma operação de crédito e viu que não conseguirá pagar. A primeira pergunta que passa pela sua cabeça, claro, é "fiz um empréstimo e não paguei… o que acontece agora?". Este texto vai explicar a você exatamente o que acontece agora. Veja a seguir algumas consequências de não pagar o seu empréstimo. Solicitar Empréstimo Pessoal Nome sujo Se sua dúvida é "fiz um empréstimo e não pague. E agora?", saiba que se você deixar passar a data de vencimento da dívida, você receberá uma notificação de débito. Aí então terá um prazo de 10 dias para saldar o valor devido. Após esse prazo, segundo o Código de Defesa do Consumidor (CDC), você poderá ficar com o nome sujo no mercado. Você será negativado em instituições como o Serviço de Proteção ao Crédito (SPC), Serasa ou em cartórios, por cinco anos ou mais. Com o nome sujo, a sua situação ficará ainda mais complicada. Os bancos e demais instituições saberão que você está devendo e, com isso, hesitarão em lhe oferecer mais linhas de crédito. Ou seja, é como se fosse uma bola de neve. Você não tem dinheiro para pagar seu empréstimo, fica com o nome sujo, e aí fica ainda mais difícil conseguir recursos para saldar sua dívida. O nome sujo também lhe trará dificuldades para alugar um imóvel, abrir conta em banco ou mesmo fazer compras a prazo. Redução da pontuação de crédito e Score A pontuação de crédito é uma classificação calculada com base no seu histórico de crédito. Os bancos, instituições financeiras e lojas consultam a sua pontuação para decidir se aprovam ou não uma solicitação de crédito feita por você. O Credit Score é outro indicador de avaliação de crédito, usado como parâmetro para determinar a probabilidade de você não pagar o empréstimo que contraiu. Tais indicadores norteiam a avaliação das instituições financeiras sobre a concessão de um empréstimo a você. Assim, se deixar de pagar uma dívida, sua pontuação de crédito será reduzida. Com isso, você terá dificuldades em encontrar novamente os mesmos limites de crédito e prazos que lhe eram oferecidos anteriormente. Então, para quem está com a pergunta "fiz um empréstimo e não paguei, e agora?", saiba que sua pontuação certamente diminuiu. Veja aqui como aumentar o seu score. Telefonemas indesejados Quando as parcelas de uma dívida não são pagas por bastante tempo, existe a possibilidade de a instituição credora vender a dívida para outra empresa. Essa nova empresa paga um valor à vista para o atual credor e assume para si a dívida, ficando com o direito de cobrar o devedor. Esse tipo de empresa trabalha justamente com cobranças de dívidas. Seus métodos incluem constantes ligações telefônicas para sua casa e seu celular – em qualquer dia e qualquer horário. Enquanto não saldar a dívida junto a esse novo credor, você e sua família continuarão recebendo insistentes telefonemas de cobrança. Isso porque essas empresas são especializadas nisso. Imóvel ou veículo tomado No caso de um empréstimo com garantia, existe o risco concreto de perder o bem oferecido. Nesse tipo de empréstimo, a pessoa oferece um imóvel ou veículo como garantia. Ela assina um contrato que prevê que, em caso de inadimplência, o bem oferecido pode passar para o banco como pagamento da dívida. Há vantagens em oferecer um imóvel ou outro bem como garantia para pegar um empréstimo. Devido a essa garantia, é possível negociar com o banco taxas de juros bem abaixo dos percentuais normais praticados no mercado. A desvantagem é que, caso a pessoa atrase muito as parcelas, existe a possibilidade de o banco requerer o bem oferecido como garantia para quitar a dívida. Embora esse seja o último recurso, essa possibilidade é real. Pior ainda: em alguns casos, a pessoa, além de perder o bem oferecido, ainda precisará pagar o saldo devedor! Problema para o avalista Um avalista é uma pessoa que garante o pagamento de um empréstimo tomado por um amigo de sua confiança. Assim, no caso de empréstimos com aval, na ocorrência de inadimplência, o banco ou instituição credora procurará o avalista que assinou o contrato. O objetivo é cobrar dele a dívida do empréstimo. Essa é, sem dúvida, uma situação embaraçosa. Na maioria das vezes o avalista é amigo da pessoa que tomou o empréstimo. O não pagamento da dívida pode acarretar o estremecimento da amizade entre os dois. Como resolver a situação? Bom, já listamos algumas das respostas para a pergunta "fiz um empréstimo e não paguei… o que acontece agora?". Então vamos seguir falando do que pode ser feito para resolver o problema. Quando você não estiver mais conseguindo pagar as parcelas mensais da sua dívida, a melhor coisa a fazer é procurar o banco ou instituição credora para conversar. Demonstre que você tem interesse em pagar a dívida, e proponha uma renegociação. Para isso, apresente dados como comprovante de ganhos e gastos mensais, e tente negociar novas taxas de juros. Para a instituição credora é mais conveniente renegociar a dívida, estabelecendo novos prazos e taxas. Isso é sempre mais vantajoso do que correr o risco de não vir a receber dinheiro nenhum. Isso também ocorre nos casos de empréstimo com garantia. É muito mais vantajoso para o banco renegociar a dívida do que acionar seu corpo jurídico para entrar com um processo de materialização do bem oferecido como garantia, para tomá-lo da pessoa. Processos jurídicos são caros e demorados. Por isso, os bancos normalmente se dispõem a conversar com os devedores para tentar chegar a um acordo, antes de recorrer a medidas extremas. Então, não hesite: procure seus credores para renegociar sua dívida! O que acontece então se fiz um empréstimo e não paguei? Resumidamente, você será negativado no SPC e no Serasa, ficando com o nome sujo. Isso significa que você terá dificuldade em fazer outros empréstimos ou operações de crédito. Fora isso, se você tiver oferecido um bem como garantia do empréstimo, ele pode ser tomado pelo banco, que o leiloará para quitar sua dívida. Ainda há a possibilidade de você sofrer ações na justiça movidas pelos seus credores. Isso provavelmente tomará de você bastante tempo, e dinheiro, para advogados. Porém, quanto a uma coisa você pode ficar tranquilo: você não irá para a cadeia. A legislação brasileira não prevê prisão por não pagamento de dívida bancária. A única situação em que a pessoa pode ir presa é no caso de não pagamento de pensão alimentícia. Mas isso não é razão para ficar devendo! Veja aqui dicas para tentar limpar o seu nome o mais rapidamente possível. + O que é dívida ativa? Viver um aperto financeiro pode ser realmente desesperador. Com as dívidas se acumulando e as obrigações financeiras batendo à porta, é natural sentir-se sobrecarregado. Nesses momentos de pressão, muitas pessoas acabam tomando decisões precipitadas, como deixar de pagar uma dívida acreditando que, no curto prazo, isso pode aliviar a situação. No entanto, essa escolha pode trazer consequências ainda mais sérias, levando suas finanças ao extremo e criando um ciclo difícil de sair — sua vida financeira vira literalmente uma bagunça. É importante lembrar que, apesar do momento de dificuldade, o não pagamento de uma dívida, como o empréstimo pessoal, pode agravar ainda mais o problema. Juros, multas e até mesmo a negativação do seu nome (além da dificuldade de obtenção de novos créditos, compra de imóveis, assinatura de contrato de aluguel ou a contratação de serviços) podem transformar um desafio temporário em uma dor de cabeça de longo prazo. Por isso, antes de optar pelo não pagamento das parcelas de um empréstimo pessoal, é essencial compreender os impactos dessa decisão e buscar alternativas para evitar ou resolver o problema, como a renegociação da dívida e, claro, ajustes no orçamento pessoal. Por que você deve manter o pagamento do empréstimo pessoal sempre em dia? Honrar com as parcelas do seu empréstimo pessoal é fundamental para manter sua saúde financeira em dia. Inclusive, você sabia que cada pagamento em dia impacta positivamente o seu score de crédito? Esse score é como um histórico financeiro que acompanha você e influencia a sua vida de diversas maneiras. Logo, quando ele atinge uma boa pontuação, as portas se abrem para que consiga financiamentos, cartões de crédito e assim em diante. Por outro lado, o não pagamento das parcelas pode ter consequências sérias. A inadimplência prejudica o seu score de crédito, dificultando o acesso a novas linhas de crédito quando você mais precisar. Além disso, você também fica sujeito ao pagamento de juros moratórios, que podem aumentar consideravelmente o valor da sua dívida. E os problemas não param por aí, viu?! A negativação do seu CPF é uma possibilidade real para quem não paga as contas em dia e, com o nome sujo, você terá dificuldades para realizar ações básicas, como alugar um imóvel, fazer compras em carnê ou conseguir um cartão de crédito. Inclusive, em casos mais graves de não pagamento de um empréstimo ou outras dívidas, você pode enfrentar uma cobrança judicial e até ter seus bens penhorados para quitar a dívida. É por isso que todo cuidado e atenção é pouco, sendo essencial manter as contas em dia e evitar a inadimplência. Porém, todos sabem que imprevistos e apertos financeiros podem acontecer. Se este for o seu caso, antes de cogitar o não pagamento de dívidas, não hesite em procurar a instituição financeira para encontrar uma solução que caiba no seu bolso. E aqui vale um lembrete: a prevenção é sempre a melhor saída. Então, antes de cogitar a possibilidade de solicitar empréstimo para quitar dívidas ou mesmo a aquisição de dívidas aleatórias, não deixe de analisar sua vida financeira a fim de identificar se realmente, no curto e longo prazo, você dará conta de pagar tudo o que precisa ser pago sem dores de cabeça. Já está com dívida? Como renegociar ou regularizar sua situação? Mas e se você já está enfrentando dificuldades para pagar o empréstimo? Não se desespere! É importante agir rápido e buscar alternativas para renegociar ou regularizar a sua dívida antes que a situação se agrave, fazendo com que tome atitudes ainda mais prejudiciais. Vale pontuar que em muitos casos, é possível evitar que a inadimplência se torne um grande problema, mas isso exige não apenas controle financeiro, como também estar em contato direto com as instituições responsáveis. Esse diálogo pode abrir espaço para encontrar uma solução viável, como a renegociação de parcelas ou prazos de pagamento. Aqui estão algumas alternativas práticas para lidar com essa situação: Reavalie suas prioridades financeiras: identifique quais despesas podem ser cortadas ou reduzidas do seu orçamento para que consiga liberar mais recursos para o pagamento da sua dívida sem grandes empecilhos. Faça um bom planejamento: organize as finanças para ter uma visão clara do que entra e do que sai todos os meses, evitando novos gastos enquanto a dívida não estiver regularizada. Entre em contato com a instituição financeira: antes de acumular atrasos, negocie diretamente com o credor. Muitas instituições financeiras oferecem condições especiais para quem deseja regularizar a situação da sua dívida. Avalie suas condições de pagamento: veja o quanto você pode pagar por mês sem comprometer as suas finanças e busque um acordo que respeite esse limite. De nada adianta negociar uma dívida que não conseguirá pagar. Procure alternativas de refinanciamento: caso a renegociação não seja suficiente, verifique se há possibilidades de refinanciamento com melhores condições de juros e prazos — análise o contexto da dívida antes de decidir algo. Faça um planejamento financeiro: após renegociar a dívida, mantenha um planejamento sólido para evitar que a situação volte a se complicar, prejudicando a sua organização. Isso ajuda a garantir que as parcelas sejam pagas sem atraso. Mas, afinal, o que acontece quando o empréstimo pessoal não é pago? Na hora de organizar suas finanças, é necessário considerar que todo crédito contratado gera uma obrigação. Ou seja, é como se você estivesse fazendo um empréstimo ao futuro, que precisará ser pago com juros e as devidas correções monetárias. Por isso, é importante fazer os cálculos com cuidado e ter certeza de que você conseguirá honrar com os pagamentos. Até porque, a inadimplência (o não pagamento das dívidas), pode trazer diversas consequências negativas. Confira abaixo algumas das principais consequências: 1. Juros e multas Basta não efetuar o pagamento de uma parcela para você entrar em um caminho de juros, multas e, claro, desespero. Lembre-se que o atraso no pagamento gera juros e multas, o que pode aumentar significativamente o valor total da dívida, dificultando ainda mais sua quitação. 2. Negativação do CPF E como é de se esperar, ao deixar de pagar as parcelas do seu empréstimo pessoal, seu nome pode ser incluído em listas de inadimplentes de Órgãos de Proteção ao Crédito, como SPC e Serasa, o que pode impedir novas compras a prazo, financiamentos e principalmente, o acesso a novas linhas de crédito. 3. Impacto no score de crédito Além de entrar na lista de inadimplentes, o não pagamento afeta diretamente seu score, dificultando o acesso a novos créditos no futuro e diminuindo a confiança no curto e longo prazo das instituições financeiras em sua capacidade de pagamento. 4. Cobrança judicial Vale pontuar que, dependendo do contrato, o credor pode optar por acionar a justiça para garantir o pagamento da sua dívida e isso pode resultar na penhora de alguns dos seus bens e um processo judicial mais demorado e custoso. Entender o mercado com clareza e confiança Renegocie sua dívida e evite complicações futuras! Buscar soluções antes que o problema se agrave é fundamental para evitar complicações maiores. Até porque, ao entender as consequências do não pagamento de um empréstimo pessoal, você pode tomar decisões mais conscientes e se preparar melhor financeiramente, evitando juros excessivos e a negativação do seu CPF. E para isso, a chave é agir rapidamente e manter o controle das suas finanças para não deixar a situação tomar proporções que dificultam a solução e comprometem sua saúde financeira. Ah, analisou atentamente sua situação e percebeu que cabe a solicitação de um novo empréstimo para regularizar as demais dívidas? O Empréstimo Mercado Pago[1] é uma opção. Com menos burocracia e aprovação rápida, você pode realizar seus sonhos ou ajustar suas contas de forma prática e segura. E o melhor: é possível fazer tudo isso diretamente pelo app do Mercado Pago, oferecendo mais comodidade e flexibilidade para você. [1] O Mercado Pago não realiza a prestação de serviços privativos de Instituição Financeira. O Mercado Pago, na qualidade de correspondente bancário no país, oferece aos seus usuários a possibilidade de contratação de crédito diretamente com a Instituição Financeira Parceira. Crédito sujeito à aprovação. A oferta, valores e condições da oferta poderão ser alterados a qualquer momento, a critério da Instituição Financeira. Leia também: As causas do Superendividamento: como evitar armadilhas financeiras Endividado até o pescoço? Explore opções além do crédito pessoal Conheça os tipos de crédito e utilize-os com sabedoria Empréstimo Mercado Pago: saiba como contratar e parcelar compras Crédito online x crédito tradicional: o que muda na prática